



O fundamental

Há muitas controvérsias em torno da questão do aborto, mas há apenas um ponto fundamental, o do *estatuto ontológico* de *isso que é abortável*, de *isso que é abortado*. Deste estatuto depende tudo o que se possa dizer acerca da dita questão, bem como a qualificação ética e política da acção em causa. A definição do *estatuto ontológico da entidade abortável ou abortada* não depende de qualquer factor não objectivo quer de tipo psicologista quer de tipo culturalista, mas do que *lógica e necessariamente* decorre da indiscutível *presença* de *isso que está presente* em indesmentível acto, *seja este acto o que for*,² a partir do imediato e absoluto momento em que começa a ser. Não há, portanto, aqui, espaço para "pareceres" e, muito menos, para "opiniões", mas para a

¹ Américo José Pinheira Pereira nasceu em 23 de Novembro de 1963, em Lisboa. Filho de Américo Pereira e de Maria da Esperança Pinheira. Casado com Maria Cristina Cancela da Fonseca de Araújo Branco Pinheira Pereira e pai de dois filhos, Cristina e Nuno. Cumpriu o serviço militar. 1990 - Licenciou-se em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), classificação final geral de 16,13 valores. 1996 - Obteve o grau de Mestre em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa, com a classificação de *Summa cum Laude*. 2006 - Obteve o grau de Doutor em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa, classificação de *Magna cum Laude*. Várias dezenas de publicações científicas nas áreas da Ontologia, Ética, Pensamento Português, Epistemologia, Filosofia da Religião, Filosofia Antiga e Filosofia Política. Leccionação nas mesmas áreas. Membro investigador do CEFi, Centro de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), responsável científico por linha de investigação e por projecto de investigação do mesmo Centro, membro da Direcção do mesmo Centro. Coordenador da Área Científica de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas.

² E, à partida, antes de investigado o seu estatuto ontológico próprio, não se sabe o que é. Sendo assim, qualquer afirmação que se faça sobre o abortável, para além de que *é algo* e de que *é abortável*, antes desta mesma investigação aportar a conclusões, é ou fruto de necessidade ou de desonestidade intelectual. Não há uma terceira alternativa.

atenta busca de um sentido original próprio para uma entidade que, sendo o que é e desde que existe, é, como entidade própria, independente de qualquer juízo que acerca de si se possa fazer.³

Não há, pois, tipos privilegiados de discurso, sejam eles quais forem, por exemplo, "científicos" ou "religiosos", mas apenas a necessidade do *labor da razão*, procurando objectivamente e apenas objectivamente o que é ontologicamente a entidade em causa. Por mais chocante que possa parecer a muitos, não há lugar para imposições, quaisquer, apenas para a descoberta lógica, isto é, segundo o *logos* próprio, específico do ser humano. Tanto faz que seja um "deus" qualquer a dizer o que entende que é a entidade como um qualquer "homem de ciência": não é por o "deus" ou o "homem de ciência" dizer que a entidade é assim ou assim que ela deixa de ser o que é em si mesma. É tal, independentemente do que quem não indaga racionalmente, honestamente, possa pensar. Um qualquer "deus" ou um qualquer "homem" que não proteja a mesma humanidade a todo o custo ou atente contra o ser humano é indigno de divindade ou de humanidade respectivamente.

Se tudo o que existe é porque é um acto próprio,⁴ a nada redutível, desde o aparentemente mais ínfimo acto – de que pode, até, não haver notícia alguma – até ao intuído acto infinito, então, isso que é o meu acto ou um acto qualquer é algo que só é redutível a si mesmo, isto é, em termos absolutamente lógicos, que coincide absolutamente com o que é, na plenitude de sua actualidade, de sua presença no ser, ao ser e como ser, que inclui necessariamente, para que não haja qualquer absurda solução de continuidade no acto,⁵ o que foi o seu passado, o que é o seu presente, o que poderá ser o seu futuro: tudo presente na sua mesma presença, sem a qual nada há ou pode haver de si. E assim de todos os actos, sem excepção.⁶

³ Se, de facto, Kant teve razão em algo do que disse, foi exactamente na afirmação de que as coisas *em si*, no que são, são independentes do juízo que acerca delas se pode fazer; o mesmo não é dizer que são totalmente incognoscíveis: só que o conhecimento é sempre fruto de uma intuição e esta, enquanto interiorização de sentido, é sempre de tipo intelectual, o que Kant não aceitou ou não percebeu.

⁴ O acto próprio de isto que eu sou é próprio apenas de isto que eu sou e de nada mais; nada substitui o acto que eu sou; nada o poderá substituir; sem este acto próprio, nada sou. Não há substituto para qualquer acto.

⁵ Como é evidente, esta solução de continuidade só poderia ser o nada, o que eliminaria imediatamente o acto, eliminando a possibilidade de trânsito ontológico e de continuidade do acto, absolutamente.

⁶ Ontologicamente, não há diferença segundo o acto, apenas segundo o modo do acto.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO (MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)

AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA

O que não é discutível é que o abortável⁷ é actual, isto é, que é um qualquer acto. Mas o que este acto é é objectivo enquanto tal,⁸ como qualquer outro acto. Não se pode, pois, negar a necessária objectividade actual do abortável. Independentemente do que possa ser e, ainda mais, do que se possa pensar⁹ acerca do que isso possa ser, é algo em si, irreduzível seja ao que for que não a si mesmo. Esta absoluta evidência deita por terra qualquer veleidade de afirmação de sujeição do acto do abortável em causa a uma qualquer vontade que se arrogue o direito de poder de aniquilação,¹⁰ em nome de uma sua redução ontológica ao âmbito de poder político dessa mesma vontade, como se este âmbito e esta vontade esgotassem redutivamente o que é absolutamente próprio e irreduzível do acto do abortável. Não é que lógica, ética, política e ontologicamente não exista o poder de aniquilar o acto do abortável,

⁷ Não se qualifica o abortável, apenas se dá conta do absoluto da sua existência. Não se sabe, ainda, o que o abortável é, mas sabe-se *que é*, ou seja, que há algo que pode ser abortado. Não faria sentido algum querer abortar algo, se não houvesse algo que pudesse ser abortado. Assim sendo, *o abortável é isso que pode ser abortado*, independentemente de se saber qual a sua qualidade. O que não é duvidável é a sua qualidade de abortável, de existente capaz de ser abortado.

⁸ Seja o que for, é o que é e não outra coisa qualquer, não sendo, pois, redutível a outra qualquer coisa, não porque tenha um estuto especial, mas porque nada é, em seu mesmo acto, redutível a outra qualquer coisa: a casa não é redutível aos componentes materiais, que também a constituem, ou à vontade de quem a fez ou mandou fazer, por exemplo. O mesmo se pode dizer do automóvel, etc., infinitamente. Não há excepções. Assim, o que seja o abortável não é também redutível a uma qualquer definição emanada por uma qualquer coisa que emane definições: por exemplo, um qualquer grupo de homens, reunido de uma qualquer maneira: sociedade, assembleia... Nada do que possam afirmar como definição altera o que é. Mais: qualquer definição que não respeite objectivamente o que exactamente é (incluindo o que não se sabe acerca do que é) mais não é do que um acto de tirania, que merece o que todos os actos de tirania sempre mereceram.

⁹ Uma coisa é a realidade objectiva das coisas enquanto pensadas: coincidem com o seu mesmo sentido; outra o que se pensa *sobre* elas, quer dizer, o juízo que sobre elas se formula. Ora, há uma distância infinita entre a coisa e o juízo, dado que nada garante a verdade deste: de um ponto de vista humano, posso sempre errar. E é precisamente porque posso sempre errar que devo proceder prudentemente, segundo o melhor possível, não um melhor julgado, mas o melhor lógico – *quanto mais ser, melhor*: não pode haver outro princípio. Ou pode, e com que critério (para além do que interessa a quem responde afirmativamente, isto é, por isto mesmo, o exacto tirano)?

¹⁰ De onde vem ao homem a ideia de que pode aniquilar seja o que for? Em que se baseia tal? Para além do estritamente necessário para a sua sobrevivência, que direito tem de destruir seja o que for? Racionalmente, apenas a superioridade do poder político do homem justifica tal preconceito. Mas já se pensou que pode haver um outro "homem" mais poderoso que pense o mesmo de nós que nós pensamos relativamente a quem extremamos? Segundo esta lógica prevalente, tem todo o direito a fazê-lo, se o quiser. Por exemplo, assim como uma determinada oligarquia com poder para o fazer determina arbitrariamente uma dimensão temporal, a partir da qual é lícito matar uma entidade humana, pode haver uma outra qualquer que determine uma qualquer outra para os mesmos efeitos, por exemplo, para determinação de uma *eutanásia obrigatória*; seria interessante ver o que pensaria a primeira oligarquia, quando chegasse a sua hora de necessariamente ser aniquilado por vontade alheia, sem que não pudesse fazer coisa alguma contra tal determinação. É tão justa ou tão injusta uma métrica temporal e suas consequências quanto a outra; tão boa uma solução quanto a outra, segundo os critérios próprios da primeira oligarquia e sua métrica.

mas o que *não* existe é o direito, em todas aquelas esferas, de interferir de forma terminal sobre algo *cuja entidade a mais nada pertence do que a si mesma*.¹¹

Mesmo a sua origem não é confundível com uma espécie de fonte onipotente e onisujeita de direitos sobre isso que originou: quer o argumento que defende que um qualquer deus¹² pode aniquilar o que criou, apenas porque o criou, quer o que afirma que um ser humano¹³ tem absoluto poder sobre o que produziu não são válidos, porque reduzem o absoluto da entidade actual desse ser à sua origem e ao poder que esta manifesta, quando o

¹¹ Pensar-se que se possui algo, para lá do acto que se é, para além de ser uma manifestação de absoluta ingenuidade ou mesmo ignorância ontológica, é suprema arrogância, pois que direito tem o meu acto a possuir algo fora de si próprio? *Que "substância" é esta a da relação de posse?* Como se formaliza? Qual o seu veículo ontológico? Que é que ontologicamente me liga ao que me transcende, para que possa reivindicar ser seu possuidor? Se faz parte de meu acto, não é minha posse, mas eu mesmo; se não, que actualidade liga o meu acto ao acto de isso de que me digo possuidor? Tal relação é parte de mim ou parte de isso que supostamente se possui? Ou é um híbrido de ambos? Mas, se assim é, qual a razão pela qual eu não sou já isso ou isso não é já eu? Se há mesmo uma não comunicação ontológica entre os actos, sob pena da sua confusão ontológica, como fundar a relação de posse ontologicamente? Tal pseudo relação mais não é do que um objecto psicológico do sujeito, espécie de sonho de substituição: como não sou tudo, como não sou grande coisa, então, preencho as lacunas ontológicas do que não sou com o sonho de, de algum modo, ser para além do que sou, "possuindo" a entidade de outros seres, sendo seu dono. É esta a matriz própria da tirania, que reduz o acto próprio dos outros ao interesse do meu próprio acto. Basear qualquer posição ética ou política (que inclui a jurídica) em tal falácia não pode senão produzir consequências erradas, por vezes, tragicamente erradas.

¹² Sendo racional, a afirmação que diz que um deus criador, porque deu a totalidade do ser a algo, pode destruir o que criou, é de uma racionalidade menor, porque carrega o sentido de um deus *insuficientemente inteligente* para perceber o absoluto que criara e o que isso tem de bom. Um deus que não compreende isto é *um deus menos inteligente do que todos os homens que já foram capazes de o compreender* e, portanto, não pode ser deus de homens, porque lhes é inferior. Não é por acaso que, no *Génesis*, o Deus criador vê que o que fez é bom e, *se é bom, não é para ser destruído*, muito menos por aquele que superabundantemente é o absoluto dessa mesma bondade. Os deuses destruidores são metáforas da *vontade destruidora de homens menores*, homens *impotentes* para criar, que compensam essa mesma impotência destruindo, substituindo o *sublime gozo da criação* e sua imediata contemplação como algo de absolutamente bom pelo gozo vil e animalesco do baixo prazer de contrariar o poder criador de outro, destruindo: ressentimento actual de quem pensa poder diminuir o criador, destruindo os objectos criados; mas o primeiro não deixa de ser criador e o segundo de ser impotente; suprema estupidez de uma inteligência absolutamente falhada.

¹³ De um ponto de vista puramente ontológico, o poder do homem é literalmente imenso, apenas limitado pelos constrangimentos próprios da sua ontologia própria, pesados, em termos físicos, mas linearmente inexistentes em termos intelectuais. Ao homem, é possível tudo o que ao homem é possível. Esta tautológica evidência tem consequências poderosíssimas, se nos dermos ao trabalho de concretizar: tanto pode pensar as realidades mais elevadas ou complexas, quanto pode cometer os actos mais abjectos. O mesmo homem pode, por exemplo, desenvolver um notável teorema matemático, das sete da manhã ao meio-dia, e, das três às cinco da tarde, violar uma criança. Ontologicamente, é este o poder do homem. Não fora a pedagogia política, que permite canalizar, o mais possível, a acção do homem para o bem-comum, e não haveria limite outro para a sua acção senão o ontológico. Compreende-se, assim, a absoluta e extrema necessidade da pedagogia política.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO (MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)

AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA

seu acto está sempre para além da origem e a ela não é redutível:¹⁴ seja um deus qualquer seja um qualquer homem, quem aniquilar isso que criou comete uma acção de mera destruição, que, se for objectivada em um ser racional, é *um acto de tirania*. Assim, tirano é o deus que aniquilar o homem só porque tem poder sobre ele, mas tirano é também o homem que fizer o mesmo. Sobre o adequado destino para os tiranos já muito se afirmou ao longo da história do pensamento.

Deste modo, seja qual for a origem do abortável, esta não tem qualquer poder sobre o acto daquele, no que à sua actualidade própria diz respeito.¹⁵ O que pode é ou aniquilar o seu potencial ou ajudar a desenvolvê-lo. Como é conhecimento comum, desde há muito tempo, a acção política dos seres inteligentes exerce-se entre os extremos possíveis da aniquilação e do amor, sendo o produto da sua acção mais próximo de um ou de outro, tendencialmente aproximando-se mais de um ou de outro, não havendo, na real realidade das coisas, possibilidade de composição média entre tais extremos.¹⁶ Relativamente ao abortável, há, pois, duas escolhas: a que tendencialmente o aniquilará, consumando a tendência,¹⁷ e a que tendencialmente o amará, nunca chegando a consumir definitivamente esta tendência, pois o amor é uma tarefa sem fim, como também geralmente se sabe. A primeira satisfação é muito mais célere e menos trabalhosa, pois é como que instantânea; a segunda implica uma vida

¹⁴ Politicamente, o poder do homem tem limites óbvios, os do bem-comum. Aliás, não há racionalmente outros.

¹⁵ Isto é, após ser a origem do acto, e de o ser de modo absoluto enquanto origem, pois sem ela, não haveria acto. Após ser posto em acto, este torna-se absoluto *no acto que é*, não sendo redutível seja ao que for para além do que é. Toda a intervenção sobre o seu ser que vise a sua aniquilação é uma acção tirânica.

¹⁶ No limite (e as grandes questões da humanidade jogam-se sempre no limite), ou amo alguém, isto é, ou quero o seu bem próprio, ontologicamente entendido, isto é, quero o bem do seu ser, incondicionalmente, ou não. Se não. Se não quero o seu bem próprio ou se ponho condições para o querer, imediatamente limito a sua possibilidade de ser; no limite, tal significa que *não quero o seu ser*, pelo seu ser, no que é em si mesmo. Não há composição, porque, se o amor estiver presente, elimina a possibilidade da presença da tendência aniquiladora. Se for esta a estar presente, não há amor. No caso em questão, se se amar o ser do abortável, não se pode senão fazer o possível pelo seu bem próprio, que obviamente não passa pela aniquilação, *negação absoluta de qualquer possibilidade de bem*. Qualquer metáfora de um "bem na aniquilação" é evidentemente falha de entendimento acerca do que é o nada a que a aniquilação conduz. Outras intervenções, trans-humanas, não dependendo do homem, transcendem o âmbito destas considerações. No entanto, faça-se ressaltar que a tirania de um qualquer deus não é melhor do que a tirania de um qualquer homem.

¹⁷ Destruir seja o que for é uma acção que pode durar algum tempo, mas que pode durar um enésimo de segundo, também: é uma acção finita no tempo. Amar alguém, à partida, é um acto infinito no tempo: houvesse tempo e vontade, não houvesse a morte, e jamais cessaria.

inteira de dedicação e de bem querer e bem fazer. Cada uma delas possui a sua mesma recompensa imediata – com iniludíveis consequências mediatas, de que adiante se falará.¹⁸

Acerca da ontologia própria do abortável

Sobre a indiscutível actualidade da entidade do abortável não pode, pois, haver dúvidas.¹⁹ Mas existem muitas dúvidas (todas as que conhecemos são especialmente fabricadas) acerca da qualidade de tal actual entidade: ou seja, que há qualquer "coisa", há, mas o que essa "qualquer coisa" seja é motivo de "dúvida". Estas "dúvidas" recaem sobre a *exacta qualidade ontológica* de isso que é o eventual abortável. Ora, uma análise atenta e *honesto*²⁰ revela que todas as "dúvidas" mais não são do que projecções apoloéticas de preconceitos reducionistas, insustentáveis perante uma rigorosa análise lógica.

Independentemente do modo como os novos seres humanos²¹ são efectivamente gerados, não há e nunca houve qualquer dúvida de que são fruto, de algum modo, de uma *qualquer genealogia propriamente humana*. Não é minimamente crível que alguém pense que possa existir um novo ser humano sem genealogia, qualquer seja, humana *necessariamente* implicada. Mesmo em relatos míticos, em que há intervenções quaisquer tendentes à criação de um novo ser humano, plenamente ou hibridamente, há sempre uma qualquer parte de humanidade, ainda que suposta, genealógicamente implicada: um novo homem literal produto de uma pedra e de um gafanhoto, por exemplo, não teria grande sucesso mitossemântico. Se passarmos da poética esfera do mito para a bem comezinha esfera da realidade humana, é difícil aceitar-se que possa haver um qualquer novo ser humano sem genealogia humana qualquer, mesmo que seja, agora que se afigura possível, por replicação autogénica: esta replicação autogénica é autogénica *humana*, não asinina ou ovina, por exemplo.

¹⁸ A recompensa imediata e indelével é a destruição de algo ou o auxílio a algo para ser, respectivamente. Sempre que se destrói algo, a recompensa imediata é ter destruído algo; a recompensa imediata de ter auxiliado algo é ter auxiliado algo. Estas recompensas são as fundamentais; as outras são secundárias e menores; nestas se incluem, por exemplo, as psicológicas ou as penais.

¹⁹ Independentemente do que seja a sua identidade, é óbvio que há algo, que há uma qualquer entidade. Como não há entidades impróprias, é necessariamente uma entidade própria.

²⁰ As conclusões a que se chega são fruto lógico e necessário de um rigoroso processo de pensamento, valendo como tal e por tal, ou são meros preconceitos – quaisquer – elevados à categoria de achados científicos? O estatuto que atribuo ao ser em causa decorre de uma análise feita "ao que lá está" ou é, antes, cobertura para um qualquer preconceito? Estas questões são válidas para qualquer posição.

²¹ Podemos situar estes "novos seres humanos" após o corte do cordão umbilical, para que não haja dúvidas quanto ao seu estatuto humano (pelo menos enquanto não se aumentar significativamente o tempo de desconsideração de humanidade: não é difícil imaginar uma assembleia de homens com poder para tal que determine que só se é humano, por exemplo, a partir de um ano de idade, desde a data de nascimento, com as consequências óbvias fáceis de prever...).

Não nos admiraria, de modo algum, que se estivessem realizando experiências de hibridação de genoma humano com outros quaisquer genomas. Ainda assim, o monstro originado, ontogenicamente viável ou não (monstro que faria as delícias do Dr. Mengele de Auschwitz), é necessária e realmente *parcialmente* humano, do ponto de vista genético, ainda que não *propriamente* humano. Apenas não recorrendo de modo algum à forma humana (neste caso, forma genética), se pode obter um qualquer produto não marcado por esta mesma forma. Esta fácil evidência implica que, sempre que haja material genético humano em causa, haja uma qualquer porção de humanidade em causa, logo, *se o material genético for 100% humano, não pode haver dúvida acerca da humanidade (exactamente 100%) filogenética e ontogenética em causa.*²²

Quer isto dizer que não só não é possível, como nunca foi aceitável – independentemente de quaisquer estádios de desenvolvimento das ciências – que possa haver novo ser humano sem que seja produto de um ou mais seres humanos, genealogicamente implicados. Homem é sempre filho de homem.²³

Mas, se assim é, *como duvidar da mesma absoluta humanidade do produto imediato do acto geracional humano, quando este cumpre exactamente a sua função geracional?*

Então, o produto imediato de um acto sexual *humano*, não é humano? É o quê? Não humano? Meramente físico? Vegetal? Bestial? Angélico? Toda a sexualidade humana é obviamente humana e, correctissimamente, defendida como tal, mas um dos seus produtos não o é?²⁴

Vejamos, então, a bondade de tal defesa. No acto sexual humano, acto normal, que permite às células gâmetas a aproximação física e a interacção possibilitadora da criação de nova célula diplóide, o orgasmo de homem e mulher obtido nesse e por esse acto são humanos, o prazer sexual geral bem como todo o tipo de prazer obtidos são humanos, a

²² O desmentido desta óbvia evidência só pode derivar de desonestidade intelectual; neste caso, dada a absoluta e fácil evidência, a hipótese da necidade não é admissível.

²³ Como é óbvio, "homem" não se refere ao macho da espécie, mas à espécie como um todo.

²⁴ Bastaria este argumento para demonstrar a natureza humana de isso que é o produto imediato do acto sexual fecundo, isto é, em que há junção dos gâmentas humanos. "Isso" é humano, necessariamente. O nome que "isso" possa receber não lhe confere qualquer *natureza*, apenas lhe atribui uma designação linguística, cultural, política: assim, dizer que algo é, por exemplo, um "feto" não é dizer o que é a sua natureza ou essência ou realidade, é apenas chamar-lhe "feto". Poder-se-ia chamar-lhe outra coisa qualquer, que a sua natureza própria, por tal, não mudaria. Esta tipificação nominal permite uma como que desculpabilização psicológica (e política), dado que matar um bebé é abominável, mas já não o é matar um "feto" ou, por exemplo, uma "mórula", mesmo que seja uma que pode dar origem a um ser humano adulto, em tudo semelhante a esse que tal entidade aniquilou. Tirânicas "subtilezas".

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO (MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)

AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA

ligação pessoal, quando existente, é humana, os sentimentos em jogo são humanos, até os fluidos corporais são humanos: os suores são humanos, as lágrimas, se as houver, são humanas, os fluidos vaginais são humanos, o esperma é humano, as hormonas em suspensão no sangue e em acção são humanas, *mas* o produto do encontro de um acto de fecundação, em que tudo é humano, não é humano. Ou se está perante uma espécie de "milagre ao contrário" ou perante uma tremenda manifestação de desonestidade intelectual. Esta evidência não é racionalmente rebatível.

Ninguém contesta que um qualquer óvulo de uma qualquer mulher seja humano; ninguém contesta que um qualquer espermatozóide de um qualquer homem seja humano – mesmo o mais racista dos homens sabe que a sua querida e puríssima filha não pode copular com um daqueles a quem ele considera como não humanos porque pode engravidar, o que, na sua mesma contradição lógica, revela a humanidade receada no veículo seminal ameaçador. Mas a junção de um óvulo obviamente humano com um espermatozóide obviamente humano não produz obviamente um ovo humano. Então produz o quê, um ovo galinácio, canino? No entanto, paralelo encontro entre paralelos gâmetas de espécie canina não produz um ovo canino? A resposta é de tal modo evidente que dispensa quaisquer comentários.

Assim, e de um ponto de vista lógico, não pode haver qualquer dúvida acerca da qualidade humana do ovo produzido – verdadeiramente criado, pois, o que é, *na sua absoluta novidade*, é absolutamente inédito, logo, está em vez de um nada de si, sendo, assim, *criado* – pela fecundação humana de um óvulo humano por um espermatozóide humano. Não se trata da fecundação de um óvulo humano por um espermatozóide de um qualquer animal não humano ou da fecundação de um qualquer óvulo animal não humano por um espermatozóide humano, casos em que se levantaria lógica dúvida acerca da humanidade do "ovo" produzido (havendo, no entanto, contribuição genética humana), mas de uma fecundação em que tudo o que fisicamente nela teve intervenção é humano. *O seu produto é necessariamente humano*. Humano, mesmo quando a humanidade implicada não se desenvolve num sentido plenamente humano, como no caso de gerações teratológicas, mas, mesmo assim, trata-se de monstros de etiologia humana, não de monstros de etiologia não humana: um monstro inviável gerado por progenitores humanos é um monstro inviável de origem humana (neste caso, 100% humana), não de uma outra origem qualquer e mesmo este monstro tem o direito a que lhe seja reconhecida a dignidade ontológica da sua origem humana e não outra qualquer.

Ou, então, que haja a coragem de lhe retirar a natureza humana; que quem duvida da sua humanidade o proclame bem alto, sofrendo as consequências que são de esperar. O que é perfeitamente vil é a *elipse da responsabilidade moral e política*, obtida por meio do refúgio por detrás de desculpas de tipo tecnocrático ou "científico", desculpas já usadas, por exemplo, pelos nazis, a fim de justificar a matança de seres humanos, considerados não humanos, exactamente como prolegómeno desculpabilizante ao seu extermínio.

Um ovo de progenitores humanos, para o bem e para o mal, para a vida e para a morte, para abortar ou para não abortar, é um ovo humano e não uma outra coisa qualquer. É com esta evidência que a abortabilidade de tal entidade tem de ser encarada, sem reduções ou desvios, sem desvirtuar o estatuto ontológico evidente daquilo que se torna objecto da acção possível de um ser humano. Não é por se mascarar a ontologia própria de cada acto, independentemente do que ele seja, que se reduz realmente esse acto a isso que se quer que ele seja: a máscara pode mesmo convencer exteriormente, mas *o que é*, no que é, não deixa de ser o que é, independentemente da máscara. O truque da desvalorização política da dignidade ontológica das entidades,²⁵ a fim de ser ética e politicamente mais fácil a sua destruição, bem como a eventual justificação desta, é já muito antigo e muitos mitos estão repletos de afirmações que desvalorizam a entidade humana de outros homens, de modo a ser possível a sua fácil aniquilação, com a desculpa de que não são humanos: o paroxismo desta actividade redutora registou-se com o regime nazi, que, deliberadamente e por meio de elaboradíssimos programas de aparência científica e racional, desvalorizou sistematicamente o estatuto ontológico de *pessoas indesejadas* pelo regime, a fim de ser mais fácil a sua eliminação e a justificação desta, chegando mesmo a publicar leis para o efeito – as famigeradas *Leis de Nuremberga* –,²⁶ realizando, na sequência, um extermínio sistemático de

²⁵ A negação da identidade humana do ovo da espécie humana, pior do que ser uma manobra eugenista, é uma forma extrema de etnocentrismo: trata-se da afirmação da supremacia onto-política do *ovo bem-sucedido*, isto é, do ovo que chegou a adulto, perante os ovos que dele dependem politicamente. Assim como, por exemplo, os leões que querem copular com uma fêmea com crias a seu sustento e sem macho, matam os jovens desta, pode o ovo bem-sucedido, se assim o quiser, matar todos os ovos de rivais (ou os próprios), a fim de fazer triunfar os seus ou alguns dos seus. Adquire, assim, uma espécie de *poder político divino sobre a geracionalidade humana* (poder que, a seu modo, os técnicos abortadores também possuem – seria interessante saber o que se passa psicologicamente quando tal operam: terão prazer; não terão; sentir-se-ão deuses, beneméritos da humanidade?), que pode controlar radicalmente, desde o seu início absoluto. A perspectiva é tentadora para qualquer candidato a tirano (tendência latente em qualquer ser humano).

²⁶ "Foi, com efeito, em Nuremberga que foram editadas, em Setembro de 1935, as leis raciais segundo as quais vão passar a existir, durante quase dez anos, na Alemanha e na Europa ocupada, três categorias de homens: os homens nascidos de família ariana, os homens descendentes de muitas gerações de

tais pessoas, sempre por meios *legais*, aprovados pelo estado nazi, segundo a legitimidade deste mesmo estado.²⁷

Ora, todas as tentativas de reduzir o estatuto humano do *ovo humano* a algo de não humano mais não são do que uma forma do velho truque etnocêntrico, racista, de negar àqueles que nos interessa – e que passam a ser os *indesejados* – o estatuto humano ou verdadeiramente humano, estatuto este que reservamos para aqueles que nos interessam e que passam a constituir o nosso "povo eleito", os "verdadeiros homens" ou, mesmo, apenas os "homens": o restante é não-humano²⁸ e, como tal, aniquilável.

Neste âmbito, situam-se as tentativas de negar a humanidade quer ao ovo humano quer às suas imediatas ou mediatas sequelas, necessariamente e naturalmente iniciadas logo após a penetração do óvulo pelo espermatozóide e apenas *politicamente* evitáveis através de uma qualquer intervenção *não natural* que impossibilite a natural decorrência dos actos sintéticos que aquela mesma penetração desencadeia necessariamente, e necessariamente porque

judeus e os homens em cuja ascendência se inclui um elemento judeu", MICHAL Bernard (sob a direcção de), *O julgamento de Nuremberga*, Lisboa: Amigos do Livro Editores, s. d., Tomo I, p. 15.

²⁷ Com a abolição do paradigma do direito divino (direito de suposta ou proposta origem divina), nas sociedades em que tal aconteceu, a definição de legalidade e de legitimidade *é um mero produto cultural*, como produto cultural é uma peça de teatro – uma comédia, por exemplo – ou uma bilha de barro. São simples produtos da ciência e da arte dos homens e valem o que valer o labor destes. Mais nada. A irracional sacralização das leis produzidas pelos homens reintroduz o paradigma do direito divino, só que, desta vez, o "deus" é o homem, e não um homem especial ou especialmente bom – até porque, neste ambiente cultural, não há padrão absoluto para saber o que é bom, apenas o circular da definição de bem por meio da legalidade –, ficando a qualidade real da lei dependente da qualidade real de quem a elabora. Ora, quem elabora as leis não são necessariamente os mais sábios de entre os homens, mas tão só aqueles que, de facto, detêm o poder. Não é possível impedir que o poder seja detido por um estúpido ou por um tirano, assim como não é possível impedir que seja detido por um sábio ou um santo. Assim sendo, *qualquer lei feita pelo homem não tem em si qualquer valor absoluto* e a sua implementação não se deve à sua necessária justeza, que não é possível ser assegurada, mas *apenas aos meios coercivos que quem fez ou administra a lei possui*, podendo esta ser feita cumprir por meio da violência, o que, no caso de ser uma lei irracional, configura suma injúria relativamente ao afectado pela violência e pela aplicação violenta da lei. Não é, pois, por passar a ser lei poder abortar um ente humano voluntariamente que isso passa a ser mais do que uma permissão política, sem valor intrínseco em si mesma, apenas assegurável pelo poder de possível força ou violência que quem a pode implementar possui. No caso de haver semelhante força do outro lado, estaria configurada uma situação de possível guerra, especialmente de guerra civil. As leis não são boas ou más, válidas ou inválidas por serem produto de quem são, mas por determinarem ou não o aumento do bem comum. Ora, uma lei que permite a morte por capricho não aumenta certamente o bem comum, pelo que é uma má lei e deve, por isso, ser tratada como o objecto politicamente irracional que é, como todos os que não cumprem o desígnio do bem comum e que, em vez de permanentemente refundarem a cidade, permanentemente lhe minam os alicerces. *Justifica-se, pois, plenamente, como sempre que há uma lei irracional ou injusta, a objecção de consciência.*

²⁸ Este tipo de pensamento e de atitude política constitui um imenso retrocesso cultural e civilizacional, transportando, de novo, a humanidade para os tempos da distinção entre senhores e escravos, sendo que apenas os primeiros eram considerados verdadeiramente humanos. São vários milhares de anos de trabalho civilizacional deitados fora.

apenas assim é *naturalmente possível à espécie humana ter natural posteridade*.²⁹ Mas o mesmo se passa, aliás, com os processos não naturais, dado que aproveitam ao máximo o contributo da programação de desenvolvimento natural, idêntica num e no outro caso: uma vez desencadeado o processo, a sua terminação é a terminação de uma sequência que desenvolve as potencialidades humanas de uma entidade humana, já em acto de actualização de seu mesmo, exacto *potencial humano*, verdadeiramente humano, realmente humano, indesmentivelmente humano.

Quer isto dizer que, uma vez iniciado qualquer um destes processos, desde que o genoma diplóide esteja correcto (dentro das necessárias margens de erro não incompatíveis com a viabilidade do seu bom sucesso), o resultado será um ser humano e não um cão ou uma gaivota. O potencial genético aqui em causa é humano, a potencialidade ontogénica desse potencial é humana, tudo nele, a nível organizativo, é humano. Apenas baixando para o nível molecular não específico (por exemplo, o ADN como um todo é, como tal, específico) ou atómico ou subatómico, é que encontramos algo não especificamente humano. Mas, ao nível da organização superior, as potencialidades encerradas são humanas. Dada a sua manifesta evidência, negar tal é, como é evidente, intelectualmente inválido ou simplesmente desonesto.

A mais óbvia destas possíveis sequelas ao acto sexual e a mais fundamental é a junção dos dois semi-tesouros haplóides genéticos: o património – do pai – e aquilo a que terá de se chamar o "matrimónio" – o da mãe. Sem estes dois meios acervos informacionais humanos, não há um ser humano natural e, após a junção dos dois, nada obsta a que, se todas as naturais condições estiverem reunidas, possa haver o desenvolvimento de isso que *já é um novo ser humano*. Não se percebe como se possa passar algo diferente. Apenas um evento accidental ou provocado pode impedir este desenvolvimento. Quanto aos accidentais, como tudo o que é accidental, nada mais há a fazer do que sofrer as consequências e avançar na vida; quanto ao não accidental, há uma responsabilidade ética e política inequívoca, independentemente de qualquer reconhecimento social ou jurídico: pretéritos, segundos, menores.

²⁹ Normalmente (no sentido natural do termo), se não se interromper o processo artificialmente e se nada houver de natural que o interrompa, o ovo transformar-se-à, no fim, em um adulto humano, passando pelo seu processo próprio de desenvolvimento. Este processo é um contínuo, sem qualquer solução de continuidade, pois, havida esta, soçobra. As divisões metodológicas de análise são apenas divisões metodológicas de análise e nada mais. Não é possível situar com *rigor infinito* os momentos de passagem de umas às outras. Esta evidência não é controvertível de forma racional ou honesta.

Em termos de teoria informacional, toda a informação interna de que um ser humano necessita para o seu desenvolvimento pleno está já aqui presente, sendo apenas necessário que haja um *qualquer portador* ambiente para que tal informação se plenifique em um novo ser humano, fenotipicamente reconhecível como tal e semanticamente autopossuidor de si mesmo, em sua mesma plena potencial humanidade.³⁰

Neste momento, e de um ponto de vista puramente teórico, mas absolutamente válido como tal, este ser já não precisa de qualquer contacto com uma biologia fenotipicamente humana, pois, do que necessita de materialmente humano para ser, já tudo tem, só necessitando de contacto humano a nível semântico, isto é, já só necessita de contacto com o sentido humano, não com a biologia humana. Quer isto dizer que uma máquina pode transformar este património humano num homem biológico plenamente desenvolvido, passando essa máquina a ser a sua mãe-mala biológica. Uma mãe não é um ser material-biológico que carrega uma coisa material no ventre, é alguém que dá sentido maternal humano à vida de isso que, por esse mesmo sentido, é o seu filho. Sem este amor, uma máquina pode teoricamente fazer o trabalho, talvez melhor, porque, se não ama, também não odeia e, se não for politicamente programada para matar, a menos que disfuncione, não matará. Sem este amor, não há maternidade, apenas materialidade.

Deste modo, *o facto de se ser portador de um ser humano em seu ventre não dá direito algum sobre o ser desse ser humano.*³¹ O que se pode é "desligar a máquina" ou "a 'máquina' desligar as condições de viabilidade biológica do ser", mas isto é algo de muito diferente do poder sobre o seu ser. O ser que traz no ventre é tanto seu quanto seria de uma eventual máquina-mãe que o tivesse em sua "redoma" ou "estufa"... O facto de pegarmos em alguém ao colo não nos dá poder ontológico sobre ele, o mesmo se diga do facto de o sustentarmos, etc. Dispor do ser de alguém, a pretexto de o carregar ou de lhe dar de comer, *interna ou externamente*, é não mais do que um acto de tirania, com as consequências que todos os actos

³⁰ O genoma é tipificador, paradigmizador, modelador, matriciador, a sua informação é essencial e necessária para que haja um ser humano. Não é uma mera influência ambiente: é absolutamente determinante. O restante implicado não possui este carácter de informação matriz, pelo que é meramente influenciador do seu pleno desenvolvimento. Natural e normalmente, é o ADN que define o programa informacional fundamental necessário para que haja um ser humano. Acidentes epigénicos ou manipulações mengelianas não anulam o que foi dito, antes o reforçam, dado que são excepções à regra.

³¹ Aliás, nenhum ser humano tem qualquer direito sobre qualquer outro ser humano, dado que o homem não é "coisa" que se possua e só pertence, humanamente, a si mesmo.

de tirania implicam.³² A menos que carregar por dentro e carregar por fora sejam substancialmente diversos, entendidos, claro está, da perspectiva do mero carregar material e mecânico. Carregar com uma coisa por dentro ou por fora é apenas carregar com uma coisa por dentro ou por fora. Tanto direito à aniquilação do ser dessa coisa que se carrega por dentro ou por fora se tem num caso como no outro. Se não se entende o transporte no ventre como um mero carregar, então, há que assumir exactamente o que esse transporte é e a razão por que não é um simples carregar de uma coisa. Mas, se não é, como justificar a sua destruição a capricho?

Não interessa, pois, *o momento em que se considere o produto da fecundação ocasionado por um acto sexual humano ou por um seu qualquer sucedâneo, independentemente das características técnicas deste*. Não há modo algum de descontinuar a actualidade humana³³ do produto de tal acto, que humanamente começou e humanamente terá de terminar seja por meio de uma morte natural seja por meio de uma morte humanamente provocada, isto é, politicamente provocada: o nascimento *para o ser humano* de um homem é sempre um acontecimento humano inaugurador de nova humanidade pessoal; o momento de sua morte também é sempre um momento humano: uma vez humano, sempre humano, enquanto humanidade houver.

Tal evidência torna a suposta determinação "objectiva" do momento em que "já há humanidade" algo de profundamente ridículo quer do ponto de vista racional-epistémico quer do ponto de vista ético-político. Do ponto de vista racional-epistémico (o mesmo se passando com o ético-político), não há como seccionar o tempo, de modo a poder afirmar: "até aqui, não homem; daqui para a frente, homem". Qual o critério de seccionação, qual a unidade de tempo utilizada, e, se foi o nanossegundo, porquê esta e não uma cem vezes maior ou dez mil milhões de vezes menor? Esta questão é epistemologicamente irresolúvel, sem o recurso a uma decisão que, como todas as decisões, é de etiologia ética e manifestação política,

³² Em termos comuns, falar-se de "o meu filho" é, imediatamente, transformá-lo em *coisa* que se possui. Esta expressão pode passar, como mero lapso de atenção, mas, tomada a sério, é um insulto ontológico para com o ser daquele que se designa por meio do pronome possessivo. *A ideia de posse de um ser humano por outro é obscena, tirânica* e está na base de muito sofrimento humano, de muita destruição de entidades humanas, reduzidas a coisas, a escravos de outros homens ou a literalmente nada.

³³ "Descontinuar a actualidade humana" quer dizer descontinuar o carácter humano de tal actualidade, não o acto, sem mais: é claro que este pode ser descontinuado, basta descontinuí-lo..., mas, ao descontinuar-se, descontinua-se *com a humanidade* que o acompanhava. Um e a outra são indiscerníveis, inseparáveis. O que não posso é, naquele acto como tal, *isolar uma secção propriamente humana*: ou é sempre humano ou nunca humano.

portanto não epistemológica, introduzindo na ciência algo que lá nunca deverá estar, se se quer manter a ciência como ciência.³⁴

Mas qual o critério objectivo para tomar uma decisão a este nível? Porquê esta unidade de tempo e não outra qualquer? *Não há resposta objectiva possível*, pelo que a decisão mais não é do que fruto de um qualquer arbítrio puro, infundado racional e objectivamente, conhecido, desde há muito, pelo nome de "capricho". Ora, o capricho nas decisões é a marca fundamental dos tiranos.³⁵

Não havendo qualquer mudança objectiva que implique uma cesura objectiva no tempo de desenvolvimento do produto da fecundação humana, qualquer solução de continuidade vale o mesmo, pelo que tanto posso autorizar o aborto às duas semanas, como às dez, como às vinte e três, como às quarenta e, como não sentir a tentação racional de continuar: e às cem semanas, e às duzentas e trinta e sete ou às quinhentas e oitenta e oito?³⁶ O que é que, de substancial se modificou? Foi ter nascido? Mas ter nascido é o quê? O que é que tem de especial ter nascido, em absoluto, relativamente à fecundação ou ao início de certas diferenciações, tudo essencial para que se tenha nascido? *Ou é possível nascer-se sem que se tenha sido espermatozóide, óvulo, ovo, mórula, etc.*?³⁷ É? Então, o que é que faz do nascimento um acto tão mais importante do que, por exemplo, a fecundação? É o facto de ser manifestamente político, ou melhor, público? Mas é a publicidade ou a publicação que confere o carácter humano ao homem? É a espectacularidade do nascimento relativamente à fecundação? Quer isto dizer, que se passarmos a fecundarmo-nos uns aos outros publicamente, gravando imagens do encontro do nosso gâmeta com o do nosso afortunado parceiro sexual, já passará a fecundação a deixar de suscitar problemas, apenas porque *a vemos* em acto? *Mas é a nossa visão e o nosso ponto de vista que conferem humanidade ao*

³⁴ O maior problema da ciência de sempre foi não ser fiel à sua mesma essência de busca desinteressada do saber, isto é, do saber pelo saber, tornando-se prostituta a soldo de ideologias e oligarquias e tiranias. Infelizmente, há que procurar em cada afirmação "científica" as suas reais credenciais de cientificidade, para além da fidelidade a um qualquer proxenetismo epistemológico.

³⁵ Como é evidente, este carácter caprichoso da decisão aplica-se a todos os níveis e âmbitos da acção humana, em que é sempre condenável.

³⁶ Para que não haja qualquer dúvida, repetimos: não há, durante todo este tempo (e mais que seja), qualquer modificação substancial objectiva que permita a distinção entre humanidade e não humanidade. Como tal, pode perfeitamente imaginar-se um estado perverso que permita o aborto até, por exemplo, às setenta e duas semanas: apenas se mataria *o mesmo ser que às dez semanas*, mas depois de já ter nascido e de ter matematica e cronologicamente mais sessenta e duas semanas, nada mais.

³⁷ Honestamente, gostaríamos de ver alguém defender esta ideia...

*homem?*³⁸ E, se é, como é que me distingo de um vulgar nazi, anti tudo o que não lhe agrade como concretização do seu modelo de homem? Como deixar de pensar em eugenia por falta de exposição pública? Como deixar de pensar em formas insidiosas de racismo segundo o tempo ou a vontade?

Não pode, pois, haver, sob qualquer ponto de vista objectivo, qualquer dúvida acerca da realidade actual *humana* do produto da sexualidade fértil *humana*, pelo que a questão do aborto não é uma questão de ordem material ou biológica, mas ética e política e é a este nível que tem de ser encarada, pese embora quer a má vontade de uns quer a incapacidade intelectual de outros.

Aborto, ética e política

Deste modo, e porque o destino do abortável depende não de uma sua decisão,³⁹ mas de uma decisão de terceiros, é esta que é a única determinante. Como qualquer decisão promana sempre e só da interioridade ética de um ser capaz de tal decisão tomar – e o único que humanamente se conhece é o próprio homem –, toda a decisão é necessária e intrinsecamente ética. A decisão não é tomada pelo contexto, pelo meio-ambiente, pelas condicionantes, quaisquer sejam, materiais ou humanas, mas pelo sujeito que as toma, exactamente no seu contexto ambiente, pois não dispõe de outro, nas e com as exactas suas condicionantes, dado que é este o estatuto próprio da existência humana: não há homem sem contexto ambiental, seja qual for, sem condicionantes, sejam quais forem. Mas, independentemente de não ser possível agir em absoluto isolamento e de ser impossível agir sem condicionantes, quem age não é o contexto, quem age não são as condicionantes, quem age é o sujeito humano em contexto e condicionado, enquanto sujeito humano houver.⁴⁰

³⁸ Em certas posições antropológicas, parece que sim, confundindo-se humanidade com um qualquer tipo de cidadania: só quando é reconhecido pelos pares como par, passa "aquilo", até então, não-humano, a ser considerado humano: tão humano quanto os seus pares e apenas por causa do seu mesmo reconhecimento. Esta é uma óbvia forma de etnocentrismo, com toda a perversidade que carrega, negadora da universalidade transcendental da humanidade de qualquer ser humano, objectivamente entendida.

³⁹ Uma tarefa interessante seria a de encontrar o momento cronológico exacto em que há um sujeito ético presente. Não nos referimos a qualquer conclusão literária, do género "quando está nele o poder de decisão" ou outra semelhante, que nada diz de concreto relativamente a esta precisa questão, mas ao exacto momento em que tal se dá: em que semana?; pré ou pós-parto?; e em que dia dessa semana? E em que hora desse dia?; e em que minuto dessa hora?; etc.. Quem arrisca uma medida cronológica tão grosseira? Não sendo, pois, possível tal determinação, não seria mais inteligente e intelectualmente honesto supor que acompanha desde sempre o acto próprio íntimo pessoal? Pensamos que sim.

⁴⁰ Em discursos que deveriam ser científicos, deparamos com afirmações como: "a sociedade determinou que". Ora, tais proposições são meras prosopopeias, dado que a "sociedade" ou qualquer

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO (MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)

AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA

Fazer passar o ónus da acção para o contexto ambiental qualquer ou para as condicionantes quaisquer, simples ou complexas, desse mesmo contexto é, para além de um modo de remover o que há de mais precioso na condição humana e que é a sua capacidade de escolha, funcionar num registo epistémico e teórico magista, atribuindo capacidades humanas a algo que não é humano, acreditando nas virtudes agentes de entidades prosopopaicas, regredindo intelectualmente a tempos de miticismo ilógico (que não de mitos inteligentes, que sempre souberam pôr as coisas em seu lugar; aliás, foi para isso que a mesma humanidade os inventou).

Atribuir responsabilidades éticas, isto é, decisórias, ao contexto é retirar humanidade ao homem e atribuir humanidade real a algo que não é nem será humano, no sentido próprio do termo; é abdicar da real realidade humana, para funcionar num mundo de faz de conta, em que, se os animais não falam, as coisas não humanas agem. Ora, a acção é algo de propriamente humano, para o bem e para o mal, sendo todas as afirmações de acção atribuída a outros tipos de ser meras metáforas devidas, por um lado, à necessária paradigmaticidade da acção própria do homem, pois este não dispõe de qualquer outro padrão próprio, por outro, à habitual preguiça intelectual, que abusa da figura da analogia, empregando-a mesmo onde não é pertinente.

Assumindo como próprio e exclusivo humano o poder de decidir, compreende-se que toda a decisão que emanar de um ser humano é sua e só sua e de sua única responsabilidade, não havendo sequer a possibilidade de partilhar decisões, dado que a minha decisão, enquanto minha, é só de mim e de mais ninguém, pois mais ninguém partilha da fonte interior, pessoal e intransmissível, de que promanou: quando existe, a minha decisão é a *minha* decisão e a única alternativa possível é não haver decisão minha alguma.⁴¹ Mas nada disto é partilhado ou partilhável. O que há é a *associação política de decisões*, não a sua partilha.

Assim sendo, e não havendo dúvida sobre a real humanidade presente em acto, capaz de decidir, toda a decisão não só implica necessariamente quem a toma, como, necessariamente, *faz parte do acto de quem a toma*, sendo deste indiscernível. É um cómodo erro pensar-se que há uma entidade trans-decisional que toma decisões que, *enquanto suas*, a transcendem, como uma máquina faz tijolos: a decisão, enquanto tal, é parte substantiva e

outra "entidade" do género não delibera, não determina, pois não tem realidade própria, sendo apenas agregados móveis de sujeitos humanos que, esses sim, deliberam, determinam, etc.. O recurso a prosopopeias pode ser belíssimo em poesia, mas é ruinoso em ciência.

⁴¹ Pense-se no ridículo que seria tentar percentualizar as partes de uma "decisão partilhada"... Que critérios objectivos utilizar? Negoceia-se? Impõe-se? Usa-se um "decisómetro de partilha"?

perenemente substantiva do acto de quem a toma. Dito de outro modo, eu sou também as minhas decisões e não há entre mim e elas qualquer distância ontológica possível.

Esta identidade ontológica entre o acto que se faz, enquanto acto, e o acto que se é implica imediata e necessariamente que *a recompensa pelos actos sejam os mesmos próprios actos*: todo o bem feito por mim constitui-me, mas todo o mal feito por mim também me constitui. E esta forma ontológica imediata de recompensa é a consequência necessária da constituição ontológica do homem como produto de seu acto e de seus actos, sejam eles quais forem, pelo que, do ponto de vista ético, não há qualquer possibilidade de distinção entre o que faço e o que sou, sendo exactamente o que faço, na plenitude de meu acto.⁴²

Se, do ponto de vista político, é discutível a possibilidade de penalização pelo acto voluntário de aborto, do ponto de vista estritamente ético, tal debate não é necessário: *pelo que é, para o bem e para o mal, o acto de aborto voluntário já é a recompensa de si mesmo*. A mulher que mata ou manda matar isso que carrega no seu ventre, exactamente mata ou manda matar isso que carrega em seu ventre. Se o fizer, já não pode desfazê-lo. Se o fizer, fica feito *para o resto da sua vida*, independentemente da concepção desse mesmo resto. Pode mesmo arrepender-se, mas, substantivamente, *o arrependimento de nada servirá*: o abortado não deixará de o ser, de o ter sido, e o arrependimento só lhe valerá, se é que valerá, a ela, não ao objecto a que se refere.

Toda a acção do homem tem um peso ontológico absoluto, podendo literalmente criar ou aniquilar ser e possibilidade de ser. Esta acção é absoluta em seu acto e em suas consequências, pelo que, uma vez actualizada, nada pode desfazer o que foi feito. Mas o que foi feito, como acto de ser feito, é indiscernível do agente, constitui parte do seu ser: é a sua mesma recompensa, pelo que, verdadeiramente, é inútil, do ponto de vista ético, a discussão acerca das penalidades políticas, dado que o mesmo aborto em acto é recompensa de si próprio e para si próprio: a pena da mulher que aborta ou manda abortar não é uma coima ou uma pena de cadeia, mas o aborto cometido e esta recompensa é perpétua, como perpétua seria a recompensa do amor pela criação de um filho.

⁴² O homem só não é responsável absolutamente pela sua possibilidade: esta foi-lhe "dada", é um indiscutível dado, seja qual for a sua etiologia explicativa (a menos que haja alguma que diga que o homem, antes de ser, se criou...). Quanto ao resto, há sempre alguma responsabilidade sua, unitária no que é, se bem que podendo ser não total para um determinado acto. Teoricamente, se retirarmos o carácter de possível responsabilidade a um ente humano, este deixa de ser propriamente humano. Quem o faz, desumaniza o homem.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO (MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)

AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA

Não se pense que tal recompensa é subjectiva, no sentido de depender de uma qualquer consciência, de uma intuição ou sentimento interior de culpa: no limite, para uma mulher sádica (ou sado-masoquista), tal consciência poderia regozijar-se com tal acção. Não: a recompensa é absolutamente objectiva – quem abortou voluntariamente, abortou voluntariamente. O que fez é a recompensa do que fez. *Antes de o ter feito, o seu ser não comportava o ter feito um aborto; depois, o seu ser comporta o já ter feito um aborto.* E comportará enquanto existir. Objectivamente, independentemente da consciência que disso tiver ou de qualquer penalidade política sofrida. A realidade havida do acto é inescapável, *aderindo ao ser de quem o realiza até que haja esse mesmo ser*, até à sua morte, seja que morte for. É uma terrível forma de justiça poética.

Todas estas considerações não se destinam a exercer um julgamento político de ou sobre pessoas, mas a proporcionar um enquadramento teórico para que cada pessoa, neste caso, cada mulher – pois só ela tem direito a tal – possa julgar-se a si própria, na plenitude da sua capacidade ética, se possível, sem desculpas, que nada mais fazem do que retirar a necessária dignidade humana que o agir deve poder possuir. Ninguém pode impedir alguém de abortar, a não ser a própria, pelo que, mais do que um direito, a decisão sobre tal acto é um dever a assumir por cada mulher, pois, como é óbvio, sempre que uma mulher engravida, a possibilidade de abortar voluntariamente estabelece-se imediatamente, dependendo só da sua decisão a acção a tomar. Então, para tal, o honesto a fazer é *encarar as possibilidades na sua verdadeira grandeza, percebendo que está em jogo uma vida humana e não outra coisa qualquer* e que, qualquer que seja a decisão, quem a tomar carregará objectivamente com ela em seu mesmo ser por toda a vida, o que é sempre uma presença perpétua e, em alguns casos, pode mesmo corresponder subjectivamente a uma pena perpétua, muito mais cruel do que qualquer pena política.

Pensar-se que, *retirando a dignidade humana ao abortável, se compensa, por eliminação psicológica da consciência da humanidade envolvida*, a mulher que aborta é prestar um péssimo serviço ético e político a essa pessoa, pois é passar-lhe um atestado de *menoridade ética e política*, encarando-a como incapaz de decidir acerca da vida e da morte de um outro ser humano, algo que qualquer ser humano nasce já preparado para fazer,⁴³ não necessitando

⁴³ É bom que se perceba, até para ajudar a prevenir mortes por ignorância de possibilidades, que todos nascemos capazes de matar. A melhor forma de combater a tendência assassina do ser humano é constituída por uma *pedagogia para a paz*, que o leve a perceber a radicalidade essencial humana de cada seu semelhante: é muito mais difícil matar um "homem" do que "uma coisa qualquer" tenha a idade que tiver.

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO DO ABORTO
(MEDITAÇÃO ACERCA DO FUNDAMENTAL EM CAUSA)**

**AMÉRICO PEREIRA
UNIVERSIDADE CATÓLICA**

de falsas piedades políticas. A mulher, para o bem e para o mal, não necessita de tutelas políticas para funcionar eticamente; necessita, sim, como qualquer membro da espécie humana, de ser capaz de assumir a sua potencialidade activa, com todas as responsabilidades que viver politicamente implica. Assim sendo, a mulher que aborta voluntariamente tem de assumir que está a matar um seu semelhante, apenas mais novo, mas substancialmente tão humano quanto ela. *Ou assume a acção, salvaguardando a sua humanidade ou não o assume, negando, assim, a sua mesma humanidade, ao não assumir o seu acto na plenitude das suas dimensões e implicações da sua mesma humanidade.* Se o não fizer, realiza uma segunda morte humana, a sua própria.

